

Posição anticomunista dá unidade ao "Centrão"



Carlos Menandro



Josemar Gorçães



Carlos Menandro

A aversão ao comunismo e suas propostas anties-tatizantes da economia, somada à irredutível defesa da livre iniciativa e a convivência com investimentos estrangeiros no País representam a unidade do "Centrão". O comentário partiu de três dos principais articuladores do grupo, os deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA).



Diante da segunda derrota consecutiva aplicada pelo "Centrão" às esquerdas e aos líderes do PMDB — garantindo as modificações pretendidas no Regimento Interno — ficou visível que a maioria moderada e conservadora de constituintes poderá elaborar um texto constitucional com a marca registrada da direita. A não ser que os "progressistas" passem do radicalismo para a negociação.

O ideólogo do grupo, deputado Roberto Cardoso Alves reconheceu a dificuldade de mobilização permanente do "Centrão" em todas as votações e revelou que o movimento irá procurar, quando possível, o caminho do acordo. "Mas acasalar peixe e passarinho é impossível", frisou.

Mas o deputado Luis Eduardo, preocupado com a tática da obstrução, utilizada pela ala esquerda, classificou-a de "irresponsável, e que eles terão de assumir a culpa pelo atraso no término da Constituição", diante da opinião pública". Com o mesmo raciocínio ficou Ricardo Fiúza, considerando o ato como "covardia", salientando que "o povo certamente irá

cobrar".

Origem

A bandeira de lutas deste grupamento de parlamentares moderados e conservadores de vários partidos foi reforçada, principalmente, após três frustrações: a insatisfação de constituintes que ficaram impedidos de atuar em plenário; a reclamação contra as lideranças tradicionais e a tendência esquerdizante do texto aprovado pela Comissão de Sistematização. "Eles contavam com a desorganização, a bagunça e a omissão do grupo de centro", ironizou Cardoso Alves.

E foi na busca da necessidade de uma articulação para respaldar a atuação deste grupo no plenário da Constituinte que surgiu a proposta "Centrão". O mecanismo para operacionalizar este intento seria alterar as regras do jogo, ou seja, mudar o Regimento Interno, o que somente seria possível mediante aprovação, por maioria absoluta, de um projeto de resolução.

Cowboys

Com a realização da famosa reunião dos cowboys, no mês de abril passado, no Hotel Nacional, foram desencadeadas inúmeras outras, e principalmente a busca da adesão do recém-criado Centro Democrático (grupo moderado do PMDB, que buscava dar sustentação política ao Governo Sarney, após o rompimento da Aliança Democrática).

"O amálgama, o elo ideológico, doutrinário que une o "Centrão" é contra o comunismo e a favor do Brasil", frisou Cardoso Alves.

Demagógico

Para Fiúza, o discurso da esquerda brasileira é "demagógico, estatizante, retrógrado e xenofobo" e garantiu que nenhum brasileiro deseja viver em uma sociedade "burocrática, sem sindicatos, com partido único, polícias secretas, tortura e exílio". Foi en-

fático ao afirmar que comunista não defende a reforma agrária. E explicou: a reforma é a capitalização do homem no campo, gerando riquezas, ao passo que os comunistas pretendem desmoralizar a estrutura produtiva para implantar a propriedade coletiva. Mas o deputado Luis Eduardo considerou a questão irrelevante, ressaltando que o comunismo no Brasil "é inexpressivo: basta olhar a sua representação no atual parlamento".

Mudanças

Deixando de lado as polémicas questões do mandato do presidente Sarney, sistema de Governo, estrutura dos poderes e anistia, que segundo os articuladores do "Centrão", poderiam contribuir para a divisão do movimento, as prioridades do grupo recaem sobre o privilégio dispensado à livre iniciativa e ao capital internacional.

Segundo o deputado Luis Eduardo, o "Centrão" pretende reverter os conceitos de empresa nacional, reserva de mercado e estabilidade no emprego contidas no anteprojeto de Constituição, além de retirar do texto a imprescritibilidade das ações trabalhistas, a empenhorabilidade das propriedades até 25 hectares, o pagamento em dobro das horas extras, a nacionalização da distribuição de derivados de petróleo, o voto facultativo aos 16 anos e a estatização nas áreas de saúde e educação.

"Vamos fazer uma Constituição, não com a cara do "Centrão", mas do País, aliado ao pensamento americano, japonês, inglês e não subjugado a Cuba, Nicarágua e Albânia", frisou Cardoso Alves, ao garantir que a maioria do "Centrão" defenderá os cinco anos para o presidente Sarney.

Magalhães admira o exemplo alemão

LUISE EDUARDO MAGALHÃES (32 anos, PFL-BA) — Filho do ministro das Comunicações Antônio Carlos Magalhães, foi deputado estadual em 78 e 82, pela Arena e PDS, mudando agora para o PFL. Casado, três filhos, admira seu pai como político, é assíduo leitor de Umberto Eco (O Nome da Rosa, o seu preferido), e gosta de automobilismo, principalmente do francês Alain Prost. Considera a Alemanha um exemplo de país a ser seguido e respeita a conservadora Margareth Thatcher e o ex-presidente Juscelino.

Fiúza defende o conservadorismo

RICARDO FIUZA (48 anos, PFL-PE) — Combativo militante do movimento (chegou a dar um tapa no rosto do líder do PC do B, deputado Haroldo Lima), sempre foi conservador. Começou a carreira política na Arena, votou em Paulo Maluf e passou para o PFL, completando agora cinco legislaturas federais. Torcedor fanático do Santa Cruz, gosta de música clássica e popular e dos livros de Jorge Amado. Admira dr. Ulysses e Getúlio Vargas. Não tem meias palavras, vai direto ao assunto.

Cardoso Alves diz que não é "direita"

ROBERTO CARDOSO ALVES (57 anos, PMDB-SP) — Não aceita o rótulo de extrema-direita, mas nunca esconde suas opiniões conservadoras. Casado, cinco filhas, sete netos, começou na política no PDC. Eleito deputado federal em 59, foi reeleito em 66 pela Arena e casado pelo AI-5. Passou ao MDB, foi vereador em São Paulo, e deputado federal em 78, 82 e 86. Admira Churchill, Margareth Thatcher e a organização da Alemanha. Corintiano até debaixo d'água, também gosta de Eça de Queiroz e de música clássica.



Genoíno: «Vamos mostrar os responsáveis por Carta retrógrada»

Esquerda aposta na falta de unidade

Se o "Centrão" conseguir manter o controle do processo político e eliminar os avanços sociais conseguidos no projeto de Constituição, os partidos de esquerda poderão não assinar a nova Carta. A convicção das lideranças do PDT, PT, PSB, PCB e PC do B é que a extrema direita, representada na cúpula do "Centrão", foi vitoriosa e poderá imprimir um perfil muito conservador a nova Carta.

Na avaliação dos líderes e vice-líderes desses partidos, os setores mais liberais — representados pelos senadores José Richa (PMDB-PR), Marco Maciel (PFL-PE), além da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), com reconhecido poder de negociação dentro da Constituinte —, também foram derrotados na votação do substitutivo Cardoso Alves (PMDB-SP), na última quinta-feira, e prevaleceram as lideranças conservadoras radicais, como os deputados Cardoso Alves, José Lourenço (PFL-BA) e Amaral Netto (PDS-RJ).

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), vê dificuldades para seu partido assinar a nova Constituição se o "Centrão" conseguir alterar os pequenos avanços conseguidos até agora. Ele salienta que o que está prevalecendo no "Centrão" até o momento são interesses da UDR, da União Brasileira dos Empresários e das multinacionais. "Assim não assinaremos a Constituição e vamos para a rua denunciar publicamente esses setores".

O deputado José Genoíno (PT-SP) lembra que as esquerdas estavam participando do jogo e aceitando os mínimos avanços conquistados na Comissão de Sistematização, como nos capítulos dos direitos individuais e coletivos. Entretanto, adverte que, se prevalecerem "os interesses mais radicais da direita, não assinaremos a Constituição e vamos mostrar para os trabalhadores quais foram os setores responsáveis por uma carta ruim e retrógrada". Para Genoíno, os liberais e não só a esquerda saíram derrotados na votação da quinta-feira, quando o que prevaleceu foi "a truculência da direita, representada pela UDR e pela UBE".

"Foi uma rebelião das classes dominantes contra as pequenas vitórias ocorridas na Sistematização", afirma o deputado Aldo Arantes (PC do B-GO). Segundo ele, houve uma confluência de forças da UDR, empresários e do Governo, que se fizeram representar "pela extrema direita". Aldo Arantes também acredita que os liberais e os moderados, como Sandra Cavalcanti, José Richa e Marco Maciel, foram derrotados porque não conseguiram conter o ímpeto dos radicais da direita. Para o deputado, se prevalecerem os pontos mais radicais que o "Centrão" quer imprimir à nova Constituição o seu partido também não terá condições políticas para assinar a Carta.

Divisão

Sem se posicionar pelo seu partido, o deputado Fernando Santana, vice-líder do PCB na Câmara, diz que pessoalmente não terá condições de assinar a nova Constituição se a empresa nacional não for contemplada, o solo mineral do País não servir aos interesses da sua população e as mínimas reivindicações dos trabalhadores não forem atendidas. Mas avisa que vai lutar até o último momento para que isso aconteça.

Fernando Santana identifica três setores que querem impedir qualquer avanço social e econômico na nova Constituição: "os latifundiários, as multinacionais e os empresários mais reacionários do País". Esses segmentos da sociedade foram representados pela extrema direita na cúpula do "Centrão" e isolaram os liberais. Ele ressalva que não está fazendo nenhuma ameaça, mas não poderá assinar a Constituição se os pontos de vista desses setores prevalecerem.

A mesma posição tem o senador Jamil Haddad, líder do PSB, que ainda acredita que a pressão popular fará muitos voltarem atrás e não fazerem uma Constituição tão retrógrada ao ponto de não atender às mínimas reivindicações da sociedade. Caso contrário, ele acredita, as consequências políticas poderão ser imprevisíveis e por isso tentará aprovar uma emenda de sua autoria propondo plebiscito para aprovar a nova Constituição.

1635 49